



CLIPPING INTERNET
10/01/2020 ATÉ 10/01/2020



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG MARCO DEÇA.....	1
	1.2 BLOG ZECA SOARES.....	2
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	3
	2.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	4
3	PRESIDÊNCIA	
	3.1 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	5
	3.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6
	3.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	7
	3.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
4	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	4.1 SITE G7 MARANHÃO.....	9

Presidente do TJ-MA manifesta preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade

O Poder Judiciário do Maranhão manifesta extrema preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade, que prevê tipos penais genéricos, não definidos, que geram insegurança jurídica na atuação dos magistrados.

A mencionada lei - que entrou em vigor no dia 3 do mês em curso - fere a autonomia e a independência dos membros do Poder Judiciário, apresentando distorções em relação ao controle e na punição às possíveis irregulares cometidas por agentes públicos.

Na verdade, a pretensa iniciativa de coibir o abuso de autoridade, converteu-se, infelizmente, num mecanismo de intimidação, tendo como alvo direto os agentes públicos, em especial os magistrados, incumbidos do complexo ofício de julgar e fazer justiça.

A citada legislação constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça, tornando os magistrados vulneráveis a processos e outras penalizações pelo exercício legítimo de suas atribuições profissionais.

Desembargador Joaquim Figueiredo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Desembargador Joaquim Figueiredo manifesta preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade

O desembargador Joaquim Figueiredo disse que a Lei de Autoridade constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça (Foto: Ribamar Pinheiro)O Poder Judiciário do Maranhão manifesta extrema preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade, que prevê tipos penais genéricos, não definidos, que geram insegurança jurídica na atuação dos magistrados.

A mencionada lei - que entrou em vigor no dia 3 do mês em curso - fere a autonomia e a independência dos membros do Poder Judiciário, apresentando distorções em relação ao controle e na punição às possíveis irregulares cometidas por agentes públicos.

Na verdade, a pretensa iniciativa de coibir o abuso de autoridade, converteu-se, infelizmente, num mecanismo de intimidação, tendo como alvo direto os agentes públicos, em especial os magistrados, incumbidos do complexo ofício de julgar e fazer justiça.

A citada legislação constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça, tornando os magistrados vulneráveis a processos e outras penalizações pelo exercício legítimo de suas atribuições profissionais.

Desembargador Joaquim Figueiredo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

INSTITUCIONAL: Desembargador Joaquim Figueiredo manifesta preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade

O presidente do TJMA publicou Nota Pública afirmando que a Lei de Abuso de Autoridade fere a independência do Poder Judiciário

O Poder Judiciário do Maranhão manifesta extrema preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade, que prevê tipos penais genéricos, não definidos, que geram insegurança jurídica na atuação dos magistrados.

A mencionada lei - que entrou em vigor no dia 3 do mês em curso - fere a autonomia e a independência dos membros do Poder Judiciário, apresentando distorções em relação ao controle e na punição às possíveis irregulares cometidas por agentes públicos.

Na verdade, a pretensa iniciativa de coibir o abuso de autoridade, converteu-se, infelizmente, num mecanismo de intimidação, tendo como alvo direto os agentes públicos, em especial os magistrados, incumbidos do complexo ofício de julgar e fazer justiça.

A citada legislação constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça, tornando os magistrados vulneráveis a processos e outras penalizações pelo exercício legítimo de suas atribuições profissionais.

Desembargador Joaquim Figueiredo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Presidente do TJ manifesta preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade

O Poder Judiciário do Maranhão manifesta extrema preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade, que prevê tipos penais genéricos, não definidos, que geram insegurança jurídica na atuação dos magistrados.

A mencionada lei - que entrou em vigor no dia 3 do mês em curso - fere a autonomia e a independência dos membros do Poder Judiciário, apresentando distorções em relação ao controle e na punição às possíveis irregulares cometidas por agentes públicos.

Na verdade, a pretensa iniciativa de coibir o abuso de autoridade, converteu-se, infelizmente, num mecanismo de intimidação, tendo como alvo direto os agentes públicos, em especial os magistrados, incumbidos do complexo ofício de julgar e fazer justiça.

A citada legislação constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça, tornando os magistrados vulneráveis a processos e outras penalizações pelo exercício legítimo de suas atribuições profissionais.

Desembargador Joaquim Figueiredo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Desembargador Joaquim Figueiredo manifesta preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade

O presidente do TJMA publicou Nota Pública afirmando que a Lei de Abuso de Autoridade fere a independência do Poder Judiciário

O Poder Judiciário do Maranhão manifesta extrema preocupação com a Lei de Abuso de Autoridade, que prevê tipos penais genéricos, não definidos, que geram insegurança jurídica na atuação dos magistrados.

A mencionada lei - que entrou em vigor no dia 3 do mês em curso - fere a autonomia e a independência dos membros do Poder Judiciário, apresentando distorções em relação ao controle e na punição às possíveis irregulares cometidas por agentes públicos.

Na verdade, a pretensa iniciativa de coibir o abuso de autoridade, converteu-se, infelizmente, num mecanismo de intimidação, tendo como alvo direto os agentes públicos, em especial os magistrados, incumbidos do complexo ofício de julgar e fazer justiça.

A citada legislação constitui-se um contrassenso e fragiliza o Sistema de Justiça, tornando os magistrados vulneráveis a processos e outras penalizações pelo exercício legítimo de suas atribuições profissionais.

Desembargador Joaquim Figueiredo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Edilázio cobra resposta do MP por precariedade da MA-315?

Parlamentar denunciou a obra ainda em 2019 ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à própria Justiça estadual, sem que nenhuma das instâncias tenha dado resposta

No centro das discussões após denúncia formalizada pelo deputado Wellington do Curso, a precariedade da rodovia MA-315 já é alvo desde o mês de abril de 2019 de um pedido de investigação formalizado junto ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Justiça Estadual, pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD).

A rodovia foi entregue em janeiro daquele ano, e apenas 3 meses depois já apresentava trechos deteriorados, o que dificultava a trafegabilidade no local. A MA-315 liga Barreirinhas à cidade de Paulino Neves.

Na ocasião da denúncia, Edilázio apontou irregularidades quanto ao aditivo de mais de R\$ 2 milhões e lesão ao patrimônio público, já que a obra apresentava graves problemas logo após a sua inauguração.

Ele protocolou ação popular, mas até o momento não houve providências do Ministério Público sobre o caso - que agora recebe nova denúncia, formalizada por Wellington -.

"É um problema que ainda persiste e que se agravou de 2019 para cá. Lembramos que em 2018 o Governo do Estado assinou contrato no valor superior a R\$ 9,1 milhões para a recuperação da estrada. Depois houve um aditivo de mais de R\$ 2 milhões à obra, que contraria o que determina o contrato da obra e a apuração a respeito da qualidade dos serviços já efetuados na rodovia. Até o momento aguardamos as providências a respeito", disse.

Saiba mais

Em 2019, logo após a denúncia de Edilázio, a Secretaria de Estado da Infraestrutura assegurou o uso de um seguro da obra para a recuperação da estrada. Não há informações, contudo, a respeito da utilização ou não da apólice.

Edilázio quer resposta do MP sobre denúncia da MA-315

No centro das discussões após denúncia formalizada pelo deputado Wellington do Curso, a precariedade da rodovia MA-315 já é alvo desde o mês de abril de 2019 de um pedido de investigação formalizado junto ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Justiça Estadual, pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD).

A rodovia foi entregue em janeiro daquele ano, e apenas 3 meses depois já apresentava trechos deteriorados, o que dificultava a trafegabilidade no local. A MA-315 liga Barreirinhas à cidade de Paulino Neves.

Na ocasião da denúncia, Edilázio apontou irregularidades quanto ao aditivo de mais de R\$ 2 milhões e lesão ao patrimônio público, já que a obra apresentava graves problemas logo após a sua inauguração.

Ele protocolou ação popular, mas até o momento não houve providências do Ministério Público sobre o caso - que agora recebe nova denúncia, formalizada por Wellington.

"É um problema que ainda persiste e que se agravou de 2019 para cá. Lembramos que em 2018 o Governo do Estado assinou contrato no valor superior a R\$ 9,1 milhões para a recuperação da estrada. Depois houve um aditivo de mais de R\$ 2 milhões à obra, que contraria o que determina o contrato da obra e a apuração a respeito da qualidade dos serviços já efetuados na rodovia. Até o momento aguardamos as providências a respeito", disse.

Saiba mais

Em 2019, logo após a denúncia de Edilázio, a Secretaria de Estado da Infraestrutura assegurou o uso de um seguro da obra para a recuperação da estrada. Não há informações, contudo, a respeito da utilização ou não da apólice.

Foto: Divulgação

O post Edilázio quer resposta do MP sobre denúncia da MA-315 apareceu primeiro em Zeca Soares.

Flávio Dino deveria tirar a ambulância do TJ e colocar no Terminal de Cujupe

Os terminais de Cujupe e Ponta da Espera não possuem ambulância e profissionais para atendimentos

As vezes tenho dificuldades para entender os motivos que levaram o governador Flávio Dino doar uma ambulância para o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) e deixar os terminais de Cujupe e Ponta da Espera sem, já que por lá passam milhares de pessoas e centenas de veículos todos os dias. Por se tratar de locais que movimentam passageiros e ficam distantes de hospitais, seria necessário um posto de saúde com profissionais e equipado com ambulância.

O porto de Cujupe é o maior e mais importante no transporte de veículos, cargas e passageiros, ligando São Luís a Baixada e Litoral Maranhense, além de facilitar o acesso ao estado do Pará. Pela grande importância na ligação da capital com mais de 50 municípios da região, os terminais de Cujupe e Ponta da Espera já deveriam ter no mínimo uma brigada de bombeiros militares, o que seria o mínimo de contrapartida para o município de Alcântara por operar em seu território, o que ajudaria o povo dessa região, distante da cidade história.

Nesta quarta-feira (08) uma cena inusitada foi flagrada no Porto de Cujupe, quando uma paciente foi transportada de canoa/barco em uma rede da Ilha de Cajual para o Cujupe, de onde foi encaminhada para São Luís via ferry boat. Se o terminal de Cujupe disponibilizasse de uma ambulância, o transporte da paciente seria mais digno e correto.

Enquanto os terminais de Cujupe e Ponta da Espera sofrem com a falta de ambulâncias, na porta do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro de São Luís, tem uma estacionada que não serve para nada, a não ser para o motorista dormir o dia inteiro com o pé trepado no painel.

Dentro das próprias embarcações não existem sequer profissionais de saúde capacitados para atuarem em caso de urgência com primeiros socorros. Por ali são transportados idosos e crianças, mas isso pouco preocupa o Governo do Estado ou as empresas concessionárias que trafegam pela baía de São Marcos de São Luís para o Cujupe. Está na hora do presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Ted Lago acordar para Jesus, assim como o presidente da Agência de Mobilidade Urbana (MOB), Lawrence Melo.

O Portal G7 tentou contato com EMAP, MOB e SECAP, mas não conseguiu comunicação através dos números: (98) 3222-4807 (EMAP), (98) 3254-0347 (MOB) e (98) 2016-9650 (SECAP). O G7 abre espaço para qualquer um dos órgãos que quiser enviar resposta sobre a matéria publicada.

PERGENTINO HOLANDA

No estilo Luís XV, os belos móveis em design antigo que compõem a decoração do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão foram restaurados com a manutenção do padrão original. O material utilizado foi o corino, produto similar ao couro e com a vantagem de ser sustentável.